

# Direitos Humanos para quem?

Em coletiva concedida aos estudantes, secretário mantém postura defensiva e minimiza danos do recuo

Por Camila Beraldo Maia

O 3º Plano Nacional dos Direitos Humanos foi considerado um avanço democrático significativo para o país quando foi lançado, mas logo os setores conservadores da sociedade iniciaram uma campanha contra o programa, especialmente nos pontos de caráter mais progressista.

Questões como descriminalização do aborto, abertura dos arquivos da ditadura militar, e regulação dos meios de comunicação, foram duramente combatidas pelos conservadores. O governo cedeu às pressões mas da Igreja Católica, dos ruralistas, das grandes empresas de comunicação e das Forças Armadas. No dia 12 de maio o presidente assinou o decreto nº 7.177, alterando nove pontos do PNDH3, justamente aqueles mais criticados por serem considerados “anti-democráticos”.

O ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, esteve presente na Semana de Jornalismo da PUC-SP, e concedeu uma entrevista coletiva em que estiveram presentes estudantes e professores do curso, integrantes de movimentos sociais, e pessoas interessadas na defesa dos direitos humanos.

Mantendo uma postura defensiva, o ministro recusou o rótulo de refém do governo Lula atribuído a ele em uma das perguntas, defendendo os recuos como parte essencial da democracia, afirmando ainda que “recuar é ‘beabá’ da nossa vida familiar”.

**Independente da Conferência** – No prefácio do 3º Plano Nacional dos Direitos Humanos, assinado pelo ministro Vanucchi, afirma-se que houve debate público na construção do plano, ressaltando a 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, cuja composição contou com a participação direta da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ainda de acordo com o prefácio, a “11ª Conferência teve como objetivo principal constituir um espaço de participação democrática para revisar e atualizar o PNDH, com o desafio de tratar de forma integrada as múltiplas dimensões dos Direitos Humanos”.

No entanto, os setores populares, assim como os componentes da 11ª CNDH, não foram consultados a respeito do recuo no PNDH3. Sobre isso, o ministro ressaltou: “O Programa Nacional dos Direitos Humanos não é o resultado da Conferência Nacional dos Direitos Humanos, isso ficou claramente escrito”. Ele completou contando que em seu discurso, em 15 de dezembro de 2008, recomendou ao presidente Lula que o transformasse, “incorporando o máximo possível o que for aprovado aqui”.

Sobre o resultado da Conferência, o ministro explicou: “Quanto você vai transformar aquilo em um decreto de governo e vamos corrigir outras das deturpações e distorções da redação, esse de-



Paulo Vanucchi, chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos

creto não é lei”. Quando indagado se não deveria ter ao menos ouvido a conferência antes das mudanças, já que essas foram feitas seguindo os interesses de poucos setores da sociedade, Vanucchi se defendeu, afirmando que quando se instalou a crise, não estavam mais tratando das resoluções da conferência, que “nunca foram conseguidas como um programa nacional dos direitos humanos”. E disse ainda: “As mudanças não ouviram [a conferência] porque precisaria fazer um novo processo de conferência, e era fundamental fazer o que foi feito em 13 de maio, encerrar esse assunto”.

O ministro seguiu com a postura defensiva, recusando o rótulo de refém, mas chegou a afirmar que as alterações eram importantes para que o programa fosse “o programa dos 31 ministros que assinam e seis não quiseram assinar”, demonstrando as pressões sofridas de dentro do governo para que houvesse o recuo.

**Igual ao divórcio** – A Igreja Católica foi um dos setores que mais lutou contra os pontos considerados progressistas do 3º Plano Nacional dos Direitos Humanos. Questões importantes, como a descriminalização do aborto, considerada uma política de saúde pública, e a proibição da ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União, foram revogadas, embora conste na Constituição que o Brasil é um país laico.

“ Não se recuou absolutamente em tudo, pelo contrário, as questões angulares estão todas mantidas, inclusive o aborto ”

(Paulo Vanucchi)

De acordo com Vanucchi, “não se recuou absolutamente em tudo, pelo contrário, as questões angulares estão todas mantidas, inclusive o aborto”. É fato que o novo plano continua a mencionar o aborto, mas com um sentido diferente. Onde antes havia “apoiar a aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos”, lê-se agora “considerar o aborto como tema de saúde pública, com a garantia do acesso aos serviços de saúde”.

Vanucchi contou que o presidente Lula fez, a princípio, uma observação sobre o aborto: “Ele falou: ‘não, na questão do aborto eu não concordo com essa formulação’”, levando-o a constatar “que é uma formulação que eu defendo pessoalmente, mas é absolutamente feminista, é o direito da mulher decidir sobre seu próprio corpo”.

Ele responsabiliza o caráter conservador da sociedade brasileira pelo fracasso da tentativa de descriminalizar o aborto, fazendo um comparativo com a lei do divórcio. Segundo Vanucchi, a atual oposição é “a mesma resistência que o Brasil teve ao divórcio”, e que o país “vai fazer em relação ao aborto a transição que a Europa fez, que a Europa e os Estados Unidos e o Canadá fizeram”.

Para Vanucchi, a discussão dos direitos humanos “não pretende ser o definidor de qual é a posição correta ou errada, pretende ser um debate que ultrapasse essas fronteiras, levantando questões propostas”.

Justificando o recuo nesse sentido, o ministro afirmou acreditar que “não era para o PNDH3 ser o espaço de avanço da questão do aborto, que outros espaços mais adequados não tinham conseguido ser”, mas que “daqui cinco, dez anos, o Brasil vai alterar sua legislação na linha que o PNDH aponta”.

Sobre a ostentação dos símbolos religiosos, Vanucchi afirmou considerar a questão como recuo “muito pouco expressiva”. Ele conta ter recebido “de gente lutadora dos direitos humanos um pedido expresso pra tirar aquela formulação, com um parecer jurídico muito bem construído de que a ostentação de símbolos religiosos não fere a laicidade do estado”. E concluiu, apesar da revogação do ponto em questão, afirmando: “Minha opinião pessoal: tem que tirar símbolos religiosos desses lugares todos”.

**O “quarto poder”** – A mídia hegemônica foi a principal porta-voz dos ataques contra o PNDH3, não apenas pelo seu caráter conservador, mas pelo plano conter pontos que tencionavam promover o respeito aos direitos humanos nos meios de comunicação e garantir o cumprimento de seu papel na promoção da cultura em direitos humanos. Foi feita uma campanha de difamação do plano, que pretendia, de acordo com a imprensa, instaurar censura. Sobre isso, Vanucchi é enfático ao dizer “não nos move interesse, não há interesse em censura de nenhum tipo”.

Nas nove alterações inclusas no decreto 7.177 constava a revogação do artigo que propunha um *ranking* nacional de veículos de comunicação comprometidos com os princípios dos Direitos Humanos, assim como foi alterada a proposição de criar um marco regulatório estabelecendo o respeito aos direitos humanos nos serviços de radiodifusão como condição para a outorga e renovação dessas concessões públicas. De acordo com o ministro, não havia intenção de ferir a liberdade de imprensa, a intenção era atender “aos padrões requeridos em uma democracia consistente, aquela em que todos os atores têm o direito de expressar”.

Vanucchi explicou que o ataque se baseava em uma afirmação de que o governo pretendia propor uma comissão editorial, o que, de acordo com ele, é falso. “Nunca teve comissão, e o

*ranking*, a frase começava com a idéia de premiação, é pra valorizar os jornais, os veículos”, afirmou. A função do governo nesse caso também seria “tomar as providências necessárias quando o jornal faz propaganda racista, de violência contra a mulher, homofóbica, de preconceito de classes sociais, etc”, completou.

Para o ministro “a liberdade de imprensa é um bem indispensável da democracia”. Ele nega que a imprensa não tem controle, e pode fazer o que quiser. “A *Veja* pode me chamar de maluco, de terrorista, como chamou, e se eu quiser, eu tenho de recorrer ao judiciário para uma ação que vai demorar 10 anos”, disse. Sobre a mídia ser o “quarto poder”, o ministro ressalta que “editorial de jornal não configura jurisprudência”, como muitos acham. “Jurisprudência quem cria é um poder da república, que é controlado por outros”, explica.

Apesar de defender o recuo, o ministro afirmou: “Se o governo não quis peitar perder popularidade em eleições, e acho que pode ter havido esse componente, mas não quis peitar longe das eleições também”, concluiu, afirmando por fim que “não é um problema só do ano eleitoral”.

**Arquivos encobertos** – De todas as medidas propostas, as que causaram maiores polêmicas foram as relacionadas à investigação e punição dos crimes e torturas cometidos durante a ditadura militar. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, chegou a anunciar sua demissão para os comandos militares, por não concordar com o que estava proposto, alegando não ter sido consultado.

A pressão das Forças Armadas resultou na alteração dos principais pontos a respeito, retirando as referências diretas ao período da ditadura militar, e aumentando o período aludido, que foi aumentado para desde 1946 até a promulgação da Constituição em 1988.

A respeito do abertura dos arquivos da ditadura, o ministro afirmou que “o Brasil é o país que mais tem arquivos da repressão política abertos”. Ele contou que “nesse 13 de maio passado foi constituído o Arquivo Memórias Reveladas, tem uma sede no arquivo nacional em Brasília, com um *back up* no Rio de Janeiro”, aberto a pesquisa e visitação, porém há “limitações decorrentes de ordenamento constitucional e jurídico”.

Vanucchi explicou que, devido ao direito de imagem, alguns documentos não podem ser revelados, por desejo das pessoas a que eles fazem referência, para preservar a individualidade destes. De acordo com o ministro, a então ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, “determinou por duas vezes que o ministério da defesa já antes do Jobim, Valdir Pires, e as Forças Armadas, apresentassem todos os arquivos da repressão política”. E obtiveram como resposta que “todos os arquivos daquela época foram destruídos com base na legislação de cada época”.

“A legislação da época”, contou Vanucchi, “exigia termo de destruição de arquivos assinado pela autoridade e por duas testemunhas”, e então Dilma fez outro aviso, pedindo que esses termos fossem apresentados. A resposta, recebida um pouco antes da posse do Jobim, foi: “Os arquivos, assim como os seus termos de destruição, foram destruídos com base na legislação da época”.

Vanucchi se defendeu daqueles que, segundo ele, o interpelam, pedindo que a abertura desses arquivos seja obrigatória. “Na constitucionalidade brasileira as pessoas têm direito de mentir, têm direito de ficar calado, e não há mecanismo, como havia naquele tempo de DOI-CODI, de forçar as pessoas fisicamente a falarem. E nos repulsa esse tipo de coisa”, ressaltou.

“As Forças Armadas têm de entender que é muito ruim deixar esse acesso sufocado e proibido, porque vai pesar sobre ela uma imagem histórica que cabe a um número determinado dos seus membros”, explicou Vanucchi, sobre o esforço de convencimento que ele afirma fazer.

Indagado sobre o Brasil estar sendo réu em um processo na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), o ministro considera que o “deixa numa situação extremamente estreita”. Nesse processo, que teve audiência nos dias 20 e 21 de maio na Costa Rica, e cujo veredicto ainda não saiu, o Estado brasileiro poderá ser responsabilizado pelo desaparecimento de 70 pessoas, militantes da Guerrilha do Araguaia e camponeses locais, e por sua omissão em relação ao esclarecimento do caso. Vanucchi afirma que “o melhor resultado é a chamada condenação, porque só ela servirá pra deixar caracterizado para o país que aquelas regras que são seguidas não estão em acordo com os tratados internacionais”.

Face ao recuo do PNDH3, o ministro ressaltou os avanços que o país vem fazendo em relação aos crimes cometidos na ditadura militar: “Pela primeira vez no Brasil em 40 anos, o país está fazendo as zonas concretas com a Comissão da Verdade, como busca de corpos no Araguaia, com Memórias Reveladas, etc”.

**Muito avanço?** – Vanucchi minimizou os dados sofridos ao Plano com o decreto nº 7.177, explicando que “a Comissão da Verdade já é projeto de lei entregue no legislativo, o governo Lula cumpriu isso”. Sobre as polêmicas criadas em torno do PNDH, afirma: “Só o tempo vai dizer quem ganhou a disputa. É muito cedo pra saber”.

“Esse recuo é importante e necessário, não descaracteriza nada do PNDH3, se ele tem algum erro, é alguma overdose do avanço que ele tem”, defende. O ministro declarou seu apoio ao recuo feito pelo governo, porém não deixou de afirmar que considera um avanço ainda “muito longe do que o Brasil é hoje”, mesmo tendo sido retiradas 9 das 521 ações. Ele ainda completou, sobre a concretização do plano: “E ainda com grande dificuldade, se isso aqui é aplicável ou não”.

### Militante do Tribunal Popular confronta o ministro à respeito da situação dos índios reprimidos pela PM em Brasília



Luana Lita